

GT 15 – Educação Especial**A PERCEPÇÃO DE UM ALUNO COM “PARALISIA CEREBRAL” SOBRE A
INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Lisiê Marlene da S. M. Martins(UFRN)

Renata do Monte Ferreira de Souza–(UFRN)

Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo–(UFRN)

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, no campo da educação, muitos desafios são postos. Diante do atual estágio de mudança vivenciado pela sociedade, em que os novos arranjos políticos, sociais e econômicos transformam a realidade com rapidez. Essas mudanças trazem em si vários desafios, dos quais um dos mais urgentes e, ao mesmo tempo, mais necessários, é o desafio da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Durante muito tempo vistas como pessoas doentes e inválidas, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade, passando a viverem no recinto do lar ou enclausuradas em asilos e hospitais (JANNUZZI, 2004). Somente na segunda metade do século XX foram criadas as primeiras instituições e associações voltadas para atendimento das pessoas com deficiência.

No Brasil, após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, sucederam-se diversos outros dispositivos legais com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com

deficiência. Um exemplo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, publicada sob o número 9.294, em 20 de dezembro de 1996, que dispõe que todos os estabelecimentos de ensino deverão proporcionar ao estudante com necessidades educacionais especiais todos os recursos necessários para a sua educação, sem que estes sofram qualquer forma de discriminação ou preconceito (BRASIL, 1996).

Outro dispositivo legal que merece destaque é o Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, que condena qualquer atitude ou tratamento desigual e discriminatório contra as pessoas com deficiência. O referido decreto aprovou e ratificou os dispositivos presentes na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, assinada em Guatemala em maio de 1999 (BRASIL, 2001)

Também, merece ser destacado, no âmbito da Educação Superior visando assegurar a acessibilidade e a política de educação inclusiva, os Decretos Nº. 5.296/2004, Nº. 5. 626/2005 e Nº 7.611/2011, a Portaria Nº 3.284/2003 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008 que definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal ao sistema de ensino regular, assim como redimensionou a população atendida por esse sistema, elegendo, entre outros, o grupo de pessoas com deficiência, como público alvo da Educação Especial. Isso significa que esses alunos têm direito à escolarização nas redes regulares de ensino, desde a educação básica até o ensino superior (BRASIL 2003; 2004; 2005; 2008; 2011).

Diante do cenário que se apresenta, as IES devem se adequar para receber os estudantes com deficiência, garantindo-lhes, de forma isonômica, formação e educação de qualidade

Atualmente, o Censo de 2010 aponta que há, no Brasil, aproximadamente 46 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde à 24% da população nacional. Todavia esta proporção não se reflete no número de alunos matriculados no ensino superior.

Para se ter uma ideia o Brasil em 2011, de acordo com dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2011) contava com aproximadamente 6,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior. No entanto, apesar dos dados mostrarem evolução na matrícula dos alunos com deficiência em instituições de ensino superior pública e privada passando de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011 a quantidade de alunos com deficiência neste nível de ensino é ainda irrisória.

Além dos números, os estudos realizados sobre a temática da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior brasileiro têm revelado resultados acerca da realidade desse processo em termos de acessibilidade (NOGUEIRA,

2012; MELO, 2011; SANTOS, 2012A), ingresso, acesso e permanência (NEGRY, 2012; CASTRO, 2011; SOARES, 2011), políticas de inclusão/serviços de apoio (SANTOS, 2013; FERREIRA, 2012; SOUZA, 2010), Trajetórias/Experiência (NASCIMENTO, 2011; VIANA, 2010; ROSSETTO, 2009). Constatando-se um distanciamento entre o que está posto na legislação e o que de fato tem se efetivado nas instituições.

Ressalta-se, ainda que poucos estudos têm tido como protagonismo a fala das pessoas com deficiência, aspecto importante a ser considerado, haja vista serem os principais avaliadores desse processo. Nessa perspectiva, urge necessário escutar o que esses estudantes têm a dizer, pois é ouvindo-os que se torna possível a criação e implementação de ações que visem uma inclusão efetiva. Em sendo assim, o presente trabalho desenvolveu-se sob a perspectiva da percepção de um aluno com “Paralisia Cerebral”- PC, matriculado no ensino superior.

A relevância deste estudo consiste, não apenas em retratar a realidade vivenciada por um discente com PC no ensino superior, mas, sobretudo, na contribuição que este estudo pode trazer para reflexões e ações visando a efetiva inclusão desse alunado no âmbito das IES.

Diante deste contexto, as IES são desafiadas a rever seus paradigmas e suas práticas, bem como a promover a efetiva participação e inclusão de todo o corpo discente e docente no processo educacional. Para Maciel (2000, p. 56), “a inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade”. Isto porque a diferença deve ser vista como algo natural e inerente à sociedade. É preciso que as IES oportunizem a todos aqueles que com ela se relacionam meios de verem suas demandas atendidas. É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho.

É importante destacar que esta pesquisa é resultado de estudos e reflexões sobre os processos inclusivos em contextos educacionais, a partir da disciplina “Seminário: Educação de Pessoas com Necessidades Especiais I” oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação / UFRN no semestre de 2014.1.

2ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Para delineamento da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, utilizando o método Estudo de Caso. De acordo com Marconi e Lakatos (2004), este tipo de abordagem

descreve a complexidade do comportamento humano e fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, entre outros aspectos.

Para Gil (1994), o método Estudo de Caso permite o conhecimento amplo e detalhado de um ou poucos objetos, mediante estudo profundo e exaustivo, tarefa praticamente impossível através de outros tipos de delineamentos considerados.

2.2. LOCAL

A presente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na cidade do Natal/RN.

2.3 PARTICIPANTE

Participou do estudo um aluno do curso de Ciências Sociais, da UFRN, gênero masculino, atualmente com 25 anos, com diagnóstico de deficiência física decorrente de paralisia cerebral, que constitui um “grupo não progressivo, mas frequentemente mutável, de distúrbios motores (tônus e postura) secundários a lesão do cérebro em desenvolvimento (KUBAN, 1994, *apud* TEIXEIRA, 2003).

De acordo com o relatório individual do aluno (CAENE), a encefalopatia não progressiva ocasionou o comprometimento de membros superiores e inferiores, sendo esses últimos mais acometidos, com redução significativa de mobilidade e propulsão manual dependente da cadeira de rodas. Atualmente, o educando se locomove em cadeira de rodas motorizada, disponibilizada pela CAENE.

Ressalta-se que o aluno aceitou voluntariamente participar do estudo após conhecimento do objetivo proposto pela pesquisa.

2.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Para a realização da investigação utilizou-se um *tablet* com câmera digital, assim como um roteiro de entrevista semiestruturado, para a obtenção dos dados.

2.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Inicialmente, por meio da emissão de um ofício, solicitou-se a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), informações sobre estudantes com deficiência física, matriculados regularmente na UFRN. Diante da lista de estudantes optou-se pela seleção de um aluno que atendesse aos critérios de inclusão (ter “paralisia cerebral”, não ter comprometimento cognitivo nem de linguagem e estar cursando a graduação).

Nesse sentido, a CAENE colaborou com a realização do estudo, disponibilizando o contato pessoal do discente que foi alvo da pesquisa, bem como possibilitou o acesso dos pesquisadores ao parecer técnico (relatório individual) do mesmo, que discorre sobre avaliação, apoio e acompanhamento acadêmico e social durante a trajetória de sua formação.

Uma vez realizados esses procedimentos iniciais, os pesquisadores contataram o aluno, sendo combinada uma data e horário em que fosse possível o comparecimento do educando na universidade para realização da entrevista.

Na data e horário previamente combinados com o discente, realizou-se o procedimento para a obtenção dos dados, por meio de uma entrevista semiestruturada, com questões que indagaram as impressões do educando quanto à inclusão no Ensino Superior (IES), especificamente no âmbito da UFRN, mais precisamente sobre os aspectos que interferem, de forma positiva e negativa, com relação à sua inclusão na referida instituição..

Durante o procedimento da entrevista, que durou cerca de uma hora e meia, Caio (nome fictício) mostrou-se disponível em responder os assuntos abordados, de forma a contribuir com os resultados obtidos e analisados na sequência.

3 ANÁLISE DOS DADOS: ENTRELAÇANDO AS INFORMAÇÕES

Diante dos dados obtidos na entrevista semiestruturada, assim como das informações levantadas junto a CAENE sobre a trajetória acadêmica do aluno Caio e ainda baseados em alguns referenciais teóricos que conduziram ao processo reflexivo a respeito da inclusão, teceremos a análise acerca dos aspectos que favorecem e dificultam o processo de inclusão do referido aluno no Ensino Superior.

3.1 PERCEPÇÃO DO ALUNO SOBRE O ACESSO À UNIVERSIDADE E SOBRE A CONDIÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Como qualquer outro jovem em sua idade, Caio afirmou desejar alcançar o ingresso em um curso de nível superior, ressaltando a sua necessidade de formação e independência financeira. Falou um pouco sobre sua trajetória escolar e sobre a curiosidade que o impulsionou a prestar o vestibular na UFRN. Em seu relato demonstrou preocupar-se com a necessidade de militância pela causa da pessoa com deficiência afirmando que

Cada um deve ir militando pelas causas que lhe são próprias. E nós vamos tentando quebrar barreiras e mitos da própria pessoa com deficiência [...]. Vivemos em uma sociedade em que a pessoa com deficiência quebra a estrutura social que não é preparada para a pessoa com deficiência. É complicado viver em uma sociedade onde você não é visto como alguém capaz, que não pode... muitos limites criados para uma pessoa com deficiência (CAIO, 2014).

Coadunando-se com esta perspectiva de despreparo da sociedade, Costa (2014) aponta que a sociedade não sabe lidar com as diferenças significativas, considerando que o sujeito é reduzido à deficiência, sendo impedido de exercer seu papel social de indivíduo.

Nesse sentido, o aluno entrevistado sinaliza em sua fala aspectos relacionados aos estigmas e estereótipos atribuídos às pessoas com deficiência em suas relações sociais, afirmando que “se tende a ver a pessoa com deficiência como um herói ou coitado, fala-se muito em ser deficiente MAS... ser cadeirante MAS...” (CAIO, 2014). A esse respeito, Amaral (1998), nos conduz à reflexão de que nas relações sociais de pessoas ditas normais com pessoas com deficiência, muitas vezes, surgem mecanismos de defesa em atos de compensar a característica simular a inexistência da deficiência ou atenuar as suas características.

Outro ponto observado na fala do sujeito da pesquisa foi o reconhecimento de suas dificuldades e possibilidades como aluno com uma condição de deficiência. Referindo-se ao seu processo de escrita e aquisição do conhecimento, disse: “Eu escrevo, mas escrevo devagar porque tenho paralisia cerebral e tenho a motricidade afetada”, e ainda, “Eu não preciso de adaptação de material específico, já me sugeriram um gravador, mas eu não uso”. (CAIO, 2014). É interessante perceber a clareza com que Caio atribui a falta de habilidade em escrever mais rápido, reconhecendo a sua limitação motora. No entanto, reconhece que mesmo diante de uma dificuldade com a escrita, é capaz de desempenhar as suas tarefas estudantis naturalmente sem o uso de recursos (gravador).

3.2 ASPECTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCLUSÃO NA UFRN

No que se refere aos aspectos que dificultam o seu processo de inclusão na universidade, o aluno pontuou, inicialmente, as barreiras arquitetônicas, afirmando que

A universidade não possibilita que o estudante cadeirante se desloque facilmente. Nós ficamos um pouco isolados, pois não há a facilidade para se deslocar a outros lugares do *campus* [...] é complicado ficamos numa ilha, se não tiver força de vontade para se deslocar a pessoa fica presa no setor (CAIO, 2014).

A problemática evidenciada por esse aluno, já vem sendo apontada por Oliveira, Melo e Elali (2008), em um estudo nesta mesma instituição, onde os alunos com deficiência física entrevistados declararam que não existe uma acessibilidade física adequada, restringindo o direito de ir e vir e, conseqüentemente a participação nas atividades promovidas pela universidade.

Diante disto a UFRN vem buscando mudar essa realidade de modo que tornou-se imperativo realizar um diagnóstico minucioso das condições de acessibilidade física em todos os campi da UFRN, bem como a concretização de ações com o propósito de promover ambientes acessíveis (MELO; SARAIVA; SOUSA, 2013).

No processo educacional deste aluno a falta de acessibilidade, de fato, impõe-se como uma barreira, uma vez que se compreende a acessibilidade como possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994; BRASIL, 2000).

As barreiras atitudinais também foram mencionadas pelo discente como elementos dificultadores no seu processo de inclusão. A esse respeito, pode-se compreender que as atitudes individuais são determinantes nas relações interpessoais e está nelas a possibilidade de sensibilização e aproximação. Amaral (1998), nos conduz a reflexão sobre essas questões ao afirmar que as atitudes para com a pessoa com deficiência passaram por uma evolução partindo do extermínio, para a marginalização, ao assistencialismo de cunho paternalista, seguindo para o investimento das potencialidades até chegar na atualidade ao reconhecimento da cidadania. No entanto, as barreiras impostas por outros são o grande entrave do processo inclusivo ora vivido pela sociedade contemporânea.

O aluno Caio evidencia, em sua fala, as barreiras atitudinais encontradas na falta de sensibilidade por parte de alguns de seus professores ao não perceberem a necessidade de determinadas adaptações em suas avaliações ou atividades acadêmicas. Sobre isso, afirma o seguinte: “Tem professor que é mais exigente, tem outros mais abertos... alguns professores estão abertos a adaptações... uns nem sabem que a CAENE existe”(colocando a CAENE em uma posição de respaldo aos seus direitos ou meio para viabilizá-los dentro da instituição). Afirma ainda: “Tive problema com uma professora para entender as resoluções da CAENE (se referindo a resolução 193/2010 – CONSEPE, que dispõe sobre os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais na UFRN) em relação a um tempo maior para a realização de provas. A professora não queria aceitar, e a equipe da CAENE teve que intervir. Fiquei até em 4º prova... não sei se foi por causa disso, mas fiquei!”.

Neste caso, o aluno também traz, em sua fala, a existência do preconceito, dizendo: “Acho que não devemos ser fatalistas e nem dizer que o preconceito não existe [...]. Que o preconceito existe é um fato, mas eu nunca tive um problema particular, tirando o caso dessa professora, pelo menos que eu detectei...”.

Para que as Instituições de Ensino Superior sejam realmente inclusivas, elas devem promover não apenas o acesso das pessoas com deficiência em seu contexto, mas, sobretudo, promover as condições de acessibilidade que garantam a participação e a aprendizagem para que obtenham sucesso em sua formação acadêmica.

3.3 ASPECTOS QUE FAVORECEM A INCLUSÃO NA UFRN

Em relação aos aspectos que favorecem seu processo de inclusão, Caio apontou ser fundamental ao seu desempenho acadêmico o papel da CAENE.

A assessoria da CAENE é fundamental nesse processo, viabilizando bolsa para transporte, cadeira motorizada, possibilitando meios para gravar as aulas, auxiliando na solicitação de tempo maior para entregar as atividades. Tudo isso possibilita muito o meu acesso à universidade (CAIO, 2014).

A CAENE, na UFRN, desempenha sua função de acordo com a compreensão posta pelo edital 2007 do Programa Incluir como:

[...] a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão e ensino para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência (BRASIL, 2008e, p.39).

Neste contexto, e visando a construção de uma política institucional com vistas à promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais/NEE na UFRN, a CAENE tem como missão propor ações para eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação, visando garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso com sucesso de estudante com NEE. Dentre seus objetivos específicos, a CAENE busca apoiar, orientar e acompanhar os alunos que apresentam NEE, bem como trabalhar em prol da efetivação da política de inclusão de tais estudantes na UFRN.

Outro ponto observado pelo aluno como favorável a sua inclusão é a sua relação com os colegas e a maneira de ver o outro em sua individualidade e singularidade. “Aqui na UFRN, mais especificamente, no setor II, que é um setor atípico, eu aprendi a lidar com o diferente... com as diferenças!” (CAIO, 2014).

O aluno menciona o setor II como atípico para ele, se referindo a destacada diversidade de linguagens, expressões artísticas e sociais que envolvem os estudantes dos cursos das Ciências Humanas Letras e Artes que ocupam este setor de aulas na instituição.

No contexto inclusivo considerar a diversidade torna-se essencial as relações de convivência entre os pares. Para Costa (2014, p.4), nesta relação “não se trata de universalizar a semelhança, mas de aproximar criticamente o diferente”. E o diferente, nesse caso, são todos os que fazem parte do universo.

É importante ressaltar que ao compartilharmos um espaço democrático, misto e pulsante como a universidade é necessário o compromisso com o humano e com o olhar sensível as relações. E assim, como nos conduz a pensar Ainscow (2009, p.14), “responder positivamente a diversidade, considerando as diferenças não como problemas a serem consertados, mas como oportunidades de enriquecer o aprendizado”.

Ainda sobre a sua relação com o outro, Caio resalta a importância do esclarecimento e aproximação para a desmistificação da deficiência.

Eu nunca tive problemas com colegas, mas assusta. Tudo o que é novo é envolto de mistério, de desconhecimento... tenho colegas que até se aproximarem, reconhecem que havia um distanciamento da causa. Que hoje se sentem mais sensíveis pela questão do conviver! É importante desmistificar a coisa... (CAIO, 2014).

Neste sentido, Adorno e Horkheimer (1978) *apud* Costa (2014, p. 4), destacam a necessidade da dialética do esclarecimento, na qual “a atividade do sujeito com deficiência seria aproximar-se e o assemelhar-se”. Pois, tratando-se de preconceito é possível afirmar, baseados em Costa (2014) que a sua matéria-prima é o desconhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o propósito de identificar a percepção de um aluno com “Paralisia Cerebral” em uma Instituição de Ensino Superior. À medida que a pesquisa se desenvolvia, foram identificados alguns fatores prejudiciais e outros favoráveis ao processo de inclusão na UFRN. Dentre os prejudiciais, evidenciou-se as barreiras de acessibilidade, relacionadas à estrutura física do *campus*, bem como as barreiras atitudinais, especialmente em relação a alguns professores, pois estes ainda não compreendem a necessidade de rever suas práticas pedagógicas frente a diversidade do alunado, principalmente no que concerne as estratégias de ensino voltada para alunos com deficiência.

No tocante aos aspectos favoráveis, merecem destaque a atuação da CAENE, como facilitadora e intermediadora desse processo, e a aceitação da diferença entre os colegas de curso, que veem a deficiência como um aspecto da diversidade entre as pessoas.

Constatamos pela fala do aluno com paralisia cerebral que ainda existem entraves que prejudicam o seu sucesso acadêmico e social. É preciso estarmos atentos de que as leis precisam ser de fato aplicadas, mas não se pode esquecer, também que deve-se investir na informação, junto a comunidade universitária como um todo, para quebrar mitos e preconceitos ainda arraigados em nossa cultura frente às pessoas com deficiência, principalmente aqueles denominados com paralisia cerebral cuja nomenclatura errônea por si só já é fator de exclusão. Portanto, para além das condições apresentadas pelos indivíduos, todos devem ser vistos como pessoas com potencialidades e capacidades de desenvolvimento e aprendizagem.

A inclusão educacional não se restringe ao simples acesso da pessoa com deficiência no ensino comum, particularmente no ensino superior. A inclusão deve envolver todos os

contextos da vida do aluno, desde o momento em que se encontra na condição de candidato ao ingresso até a conclusão da sua formação profissional.

Embora se trate de um estudo de caso, é evidente que este trabalho representa um recorte da realidade das demais Instituições de Ensino Superior no Brasil. Apesar dos avanços verificados nos últimos anos na UFRN, especialmente após a criação da CAENE, deve registrar que muito ainda precisa ser feito, muitas barreiras ainda precisam ser eliminadas, visando assegurar e garantir ao estudante com deficiência o direito à uma formação de qualidade, em igualdade de condições e oportunidades.

Conforme Marques e Marques (2003, p. 237), a função social da universidade é “[...] mostrar com clareza as contradições sociais e propor alternativas concretas, pois é nesse contexto que está a perspectiva de incluir”.

Vale destacar a importância em realizar outros trabalhos cujo foco seja a percepção da pessoa com deficiência, pois ela, mais do que ninguém, conhece os percalços e vicissitudes do processo de inclusão, dando assim, importante parcela de contribuição no processo de elaboração de ações para melhoria de sua qualidade de vida, principalmente no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?. *In* _____ **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. *In* _____ **Diferenças e Preconceitos na Escola**: Alternativas teóricas e Práticas. Júlio Groppa Aquino (org.). São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência - Lei nº 7853/89. Decreto nº 914/93. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 114 p. ; tab. ISBN: 978-85-7863-022-5

_____. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Incluir. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=303>>. Acesso em 21/maio/2014.

CAIO (nome fictício). **Entrevista 1**. [maio 2014]. Entrevistadora: Lisiê Marlene da S. M. Martins. Natal, 2014. Arquivo em vídeo e áudio.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Diferença, Desvio, Preconceito e Estigma: a questão da deficiência**. Disponível em: <<http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/historia011.pdf>>. Acesso em 21/maio./2014.

CARMO, Gerson Tavares, MANSUR, André Fernando Uébe. **Desvendando Rio Preto: Pesquisa Descritiva e Exploratória**. Laboratório de Ciências Sociais Aplicadas. Institutos Superiores de Ensino do Centro de Educação Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA). Curso de Administração. Campos dos Goytacazes/RJ, 2005. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/projetos/observatorio-socioeconomico-da-regiao-norte-fluminense/publicacoes/Boletim17.pdf/view?searchterm=None> > Acesso em: 01 abr. 2014.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. 10. Ed. Campinas: Papyrus, 2000.

CASTRO, S.F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278f. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CRESWELL, J.W. **Projetos de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p

DREZZA, E.J. **Inclusão no Ensino Superior: relato de experiência sobre uma política de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo**. 2007. 77f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, M.N.C. **Educação inclusiva no ensino superior: análise das políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3.^a ed.. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v.35, n.3, p.105-112, julho/setembro 2000. <http://clam.tempsite.ws/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerausp.pdf >

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995. 207p.

GUERREIRO, E.M.B.R. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar**. 231f. 2011. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

HaiduKE, I.F. **A inclusão de acadêmicos com necessidades especiais na universidade: a influência do GT-AUNE no acesso ao ensino e aprendizagem.** 128f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início de século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

MACIEL, M. L. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *In Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, C. A.; MARQUES, L. P. Do universo ao múltiplo: os caminhos da inclusão. *In SOUZA, L. F. et. al. Políticas Educacionais, Práticas Escolares e Alternativas de Inclusão Escolar.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, F. R. L. V. de; SARAIVA, L. L. O.; SOUSA, N. G. de. A Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais e os desdobramentos da acessibilidade física na UFRN. **ANAIS: Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação 3.** Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, E, R. M. de; MELO, F. R. L. V. de; ELALI, G. V. M. A. Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 33, n. 19, p. 63-87, set./dez. 2008.

TEIXEIRA, et. al. **Terapia Ocupacional na Reabilitação Física.** São Paulo: Roca, 2003.

LAKATOS, E.M. MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 3. Ed. Ver e ampl. São Paulo: Atlas, 199. 270p.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MARTINS, G.A. **Metodologia científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos.** 1 ed. (ano 2004), 5 reimp (ano 2010). Curitiba: Juruá, 2010, 278p.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M.C.S (Org.); DESLANDES, S.F.; NETO, O.C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.407p.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1,n.3, 2º sem./1996

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. 06 de outubro de 2004. Montreal, Canadá, 2004a. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Montreal.pdf> Acesso em: 13 de mai de 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Lisboa: Direcção Geral da Saúde, 2004b. 237p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências**. 2006. Disponível em:<<http://www.bengalalegal.com/convenção.php>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

RAMALHO, M. N. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial**. 2012. 174 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, B.C.S. Programa Incluir (2005 - 2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil. 2010. 179f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centre de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

UFRN. Ministério da Educação. **Resolução N°193/2010 CONSEPE/UFRN**.2010.Disponível em: <[http://www.caene.ufrn.br/legislacao.php#11/RESOLUÇÃO%20Nº%20193%20\(1\).pdf](http://www.caene.ufrn.br/legislacao.php#11/RESOLUÇÃO%20Nº%20193%20(1).pdf)> Acesso em: 31.mai 2014.